

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A competência dos tribunais de contas para expedição de medidas cautelares

Benigno Núñez Novo	9
Introdução	9
Desenvolvimento	10
Conclusão	18
Referências	19

Diálogo competitivo – eficiência e consensualismo nas licitações segundo a Lei nº 14.133/2021

Diogo Lima	21
1 Introdução	21
2 Aspectos gerais sobre uma administração pública consensual e dialógica	22
3 Diálogo competitivo – origens	25
4 Diálogo competitivo – conceito e aspectos gerais	26
5 Objeto da contratação por meio de diálogo competitivo	29
6 Etapas do diálogo competitivo	31
6.1 Pré-seleção	31
6.2 Diálogos	34
6.3 Fase competitiva	36
7 Conclusão	40
Referências	41

Licitando arte: entre a pretensão de objetividade do mundo jurídico e a insuperável subjetividade do mundo artístico

Leonardo Catto Menin	43
1 Introdução	43
2 O subjetivo: o que é arte?	44
3 Verdade e direito	50
4 Arte e Estado	54
5 O objetivo: fundamentos da contratação pública	58
6 Conclusão: licitando arte – precificando sentimentos; mensurando o imensurável	62
Referências	64

Apostas esportivas virtuais: aspectos criminais e econômicos das plataformas de *sports betting*

Andréa Pinho Albuquerque da Cunha, Marcos Nóbrega	67
Introdução	68
A situação jurídica atual das apostas esportivas virtuais no ordenamento brasileiro	69
A falta de regulamentação do <i>online sports betting</i> no Brasil como janela de oportunidade para a criminalidade organizada	73
Algumas implicações econômicas do <i>online sports betting</i>	79

O projeto brasileiro de regulação	83
Conclusão	86
Referências	88

A arbitragem como meio alternativo de solução de conflitos em contratos na administração pública – renúncia à jurisdição estatal – possibilidade – novos cenários descortinados com a Lei Federal nº 14.133/21

Maurício Trindade Miranda, Víádia Pompeu Silva	91
I Introdução	92
II Evolução da arbitragem no Brasil – conceito e natureza jurídica – ausência de tratamento do tema na Lei nº 8.666/93	94
III Possibilidade de utilização da arbitragem nos contratos administrativos à luz do ordenamento jurídico – direitos disponíveis e o interesse público – publicidade do procedimento	100
IV Conclusão	107
Referências	109

Agentes de contratação na Nova Lei de Licitações

Rafael Carvalho Rezende Oliveira	111
1 Introdução	111
2 Os agentes de contratação na Lei nº 14.133/2021.....	112
3 Agentes de contratação e outros agentes públicos que conduzem as licitações ...	114
4 Momentos de atuação dos agentes de contratação	117
5 Agente de contratação e a exigência de servidores efetivos: o caráter específico do art. 8º da Lei nº 14.133/2021 e a autonomia dos entes federados	118
6 Conclusão	123
Referências	124

A judicialização da saúde no direito econômico: análise jurídica e impactos no sistema de saúde

Tatyana Alves de Oliveira	127
1 Introdução	127
2 A judicialização da saúde no direito econômico	128
3 Análise jurídica	129
4 Impactos no sistema de saúde	130
Conclusão	132
Referências	133

Entre crises e evoluções: a análise do direito administrativo no sentido e conteúdo da função administrativa

Victor Carvalho Pessoa de Barros e Silva	135
1 Introdução	135
2 Do passado ao presente: linhas sobre a transformação do direito administrativo	138
3 A concepção e o exercício da função administrativa: entre a concretização e a tentativa.....	142
3.1 Conceitos da função administrativa: teorias e critérios.....	143
3.2 A prática da função administrativa no contexto da crise do novo coronavírus	147
3.2.1 Crise procedimental	148
3.2.2 Crise de identidade	149

4	Os rumos do direito administrativo e os reflexos na função administrativa: o prognóstico a partir dos efeitos das crises e evoluções.....	151
4.1	A utilização do direito privado pela administração pública.....	152
4.2	A redução do caráter da exorbitância da função administrativa	154
4.3	A conectividade administrativa	155
4.4	A globalização do direito administrativo.....	156
5	Considerações finais	157
	Referências	159

Consórcios de pessoas jurídicas na Nova Lei de Licitações – Lei nº 14.133/2021

William Cornetta		161
Introdução		161
1 Conceito de consórcios de pessoas jurídicas		162
2 Consórcios de pessoas jurídicas em licitações		164
2.1 Comparação entre a Lei nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/21		164
2.2 Consórcio homogêneo e heterogêneo		170
3 Consórcio de pessoas jurídicas x subcontratação		171
4 Vantagens financeiras dos consórcios de pessoas jurídicas		172
5 Vantagens fiscais dos consórcios de pessoas jurídicas.....		172
6 Consórcios instrumentais		173
Conclusão		174
Referências		175

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

ADPF – Direito Constitucional – Concurso público – Lei estadual – Transposição de regime celetista para estatutário – Inclusão de servidores públicos não concursados e detentores de estabilidade excepcional no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – Fixação de teses. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 573/PI.....	179
---	-----

Supremo Tribunal Federal

Parecer MPF – ADI nº 7.331/DF – Lei nº 13.303/2016, artigo 17, §2º, incisos I e II – Indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria de empresa estatal – Restrições legais que objetivam conferir maior probidade à governança corporativa das companhias – Disposições legais que visam coibir possíveis conflitos entre interesses institucionais das entidades e interesses político-partidários ou corporativos dos dirigentes de agremiações partidárias – Caráter eminentemente político da controvérsia jurídico-constitucional – Contenção do Poder Judiciário. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7.331/DF.....	195
--	-----

Instruções para os autores.....	211
---------------------------------	-----